



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Escola do
Legislativo
Dep. Lício Mauro da Silveira



FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

A MULHER E O PODER
Professora Sisi Blind

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

A MULHER E O PODER

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Deputado Mauro de Nadal

1º Vice-Presidente: Nilso Berlanda
2º Vice-Presidente: Kennedy Nunes
1º Secretário: Ricardo Alba
2º Secretário: Rodrigo Minotto
3º Secretário: Padre Pedro Baldissera
4º Secretário: Laércio Schuster

Presidente da Escola do Legislativo
Deputada Marlene Fengler

Coordenadora da Escola do Legislativo
Adeliana Dal Pont

PROJETO DA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Alciléa Medeiros Cardoso: Assessoria Pedagógica
Aline Covolo Ravara: Qualificação Profissional
José Motta P. Filho: Secretaria Acadêmica
Juliana E. Bassetti: Comunicação
Laura J. Andrade Correa: Pesquisa e Produção do Conhecimento
Lyvia Mendes Correa: Ensino a Distância
Paulo Wilpert: Formação Política
Rubia Esbrólio: Políticas Públicas e Inclusão

EQUIPE ENVOLVIDA NA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Paulo C. Wilpert: organização, produção e articulação
Marianne dos Santos: organização e produção Alciléa
M. Cardoso: assessoria pedagógica e técnica Aline C.
Ravara: produção, mediação e apresentação
Laura Correa: organização do material didático e apoio à mediação
Juliana E. Bassetti: material para divulgação
José Motta P. Filho: secretaria e apoio técnico
Lyvia Mendes Correa: produção e apoio técnico
Marina S. de Assis: secretaria
Hedymara Bombassaro: apoio técnico
Mariana B. Teodosio: apoio à organização
Maria Eduarda W. Lemes: capa do material
Claudia F. de Souza: revisão do material

Elaboração do conteúdo ministrado e do material didático
Profª Sisi Blind

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

SUMÁRIO

1. AS MULHERES E AS RELAÇÕES DE PODER	3
2. AS MULHERES, OS HOMENS E O PODER.....	4
3. AS LIDERANÇAS FEMININAS.....	5
4. CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES.....	12
5. SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO.....	13
PENSANDO JUNTAS	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15
SOBRE A AUTORA.....	15

A MULHER E O PODER Profª Sisi Blind

1. AS MULHERES E AS RELAÇÕES DE PODER

A Mulher e sua relação com o Poder nos desafiam a olhar para a história e suas respectivas estruturas sociais, econômicas e políticas, que a sustentam e conduzem. Segundo minha análise, a ausência da mulher nos espaços eletivos do Brasil pode ser entendida como consequência do processo histórico de formação do Brasil, onde a conquista feminina de direito ao voto não completou sequer cem anos. Naqueles tempos a mulher não tinha nem o direito de indicar sua representatividade política, quem dera e muito menos pensar em ocupar o espaço representativo. Espiar o poder local e analisar o cotidiano da vida, desconfiando um pouco do que nos ensinaram neste campo, pode ampliar nosso entendimento para vermos novos horizontes.

Por isso, cada enfoque deste trabalho considera as ações das mulheres em seu cotidiano - ao longo da história - e como vem sendo construídos os movimentos para a busca de sua equidade. O exercício que faremos será usar os óculos da “anormalidade” para que possamos olhar a mulher no poder local e analisar cada processo dele decorrente. Refletir sobre a história significa tomar coragem de fazer parte dela como protagonista e já temos muitos protagonismos, pois a democracia mostra sinais da presença de diversidade representativa, embora de maneira ainda tímida em termos de percentuais.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Contudo, a democracia já conta com a participação das mulheres na arena política, nas lutas enfrentadas por direitos e pelos olhares diferenciados do gênero feminino. Ao lado das protagonistas, quero elencar histórias que nos inspirem a seguir o caminho da conquista de nossos espaços. Michelle Bachelet nos provoca ao dizer que “Uma mulher na política muda a [própria] mulher; mas muitas mulheres na política mudam a política”.

2. AS MULHERES, OS HOMENS E O PODER

Do ponto de vista popular, a disparidade entre as experiências dos homens e das mulheres geralmente é entendida como um problema de desenvolvimento moral da própria mulher (contexto religioso). Em contraposição, a análise sob a ótica do gênero nos auxilia a perceber que o fato de as mulheres não se ajustarem aos modelos existentes pode apontar para problemas nos espaços de representação, para limites impostos pelas equivocadas concepções sobre a condição humana e para omissões por parte do poder público de certos aspectos ou verdades.

Segundo minhas referências, as concepções sobre a vida humana representam esforços de tornar coerentes as experiências e as percepções em curso, assim como os intercambiantes desejos e realidades da vida cotidiana. A natureza dessas percepções depende em parte da posição social e política de quem as observa. Nesse sentido, o pressuposto formado pelo ponto de vista de alguém que ocupa um lugar social é construído com base no seu contexto sociocultural, mas geralmente é assumida como “natural” e transmitida pela humanidade a partir dessa ótica que a constituiu.

Em termos de históricos, os conceitos muitas vezes foram “mascarados” de neutralidade científica, mas na verdade traziam em seu bojo uma visão de mundo e uma intencionalidade de pressupostos que foram inculcados na humanidade como se fossem verdades únicas, quando na verdade não passavam de um ponto de vista social e historicamente delimitado. Entretanto, hoje sabemos que muitas teorias que já foram consideradas “sexualmente” neutras em sua objetividade científica refletem, pelo contrário, um consistente preconceito observacional e valorativo. A pretensa neutralidade da ciência, como da própria linguagem, enseja o reconhecimento de que as categorias do conhecimento são construções subjetivas e humanas.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

A fascinação com os primórdios da ciência (com sua pretensa neutralidade) explicou o mundo no século XX, mas escondia a relatividade dos julgamentos por trás desses homens da ciência. A conscientização dessa posição acabou por mudar nosso entendimento científico e com esses novos dados começamos a notar o quanto nos tornamos acostumados a ver a vida através dos “olhos” dos homens, ou seja, olhares masculinos que retratam a sua verdade, o seu pressuposto e a sua construção de contexto social, cultural ou religioso.

Deste lugar social, o homem é o caminho, a mulher é o desvio. Tomando por base as escrituras, não foi uma conclusão difícil de se chegar, se entendermos a criação da mulher a partir da costela tirada do homem. Interessante perceber que toda a leitura da história da nossa civilização passa pelo constructo do gênero masculino, em cujo contexto o Fálco fala mais alto e desloca a falha para o espaço gerador que constitui o universo do gênero Feminino. A consciência das questões de gênero projeta sobre a sociedade uma luz que nos ajuda a desvelar falsas verdades, a falar sobre as infinitas possibilidades de ser mulher e valorizar as experiências de caminhos trilhados a partir da diferença.

Para isto, precisamos perceber o diferencial nas ações do cotidiano, o inédito que pode fazer brotar com mais força uma visão integral e justa das relações humanas. A partir daí fica mais fácil percebermos que os discursos presentes em nosso meio não são neutros, mas influenciados pelas realidades históricas, pelas padronizações culturais, pelos jogos de poder sob os quais todos nascemos e a partir dos quais interpretamos o mundo e as pessoas ao nosso redor. A partir da identidade de gênero, podemos pensar o lugar do indivíduo no interior de uma dada cultura.

3. AS LIDERANÇAS FEMININAS

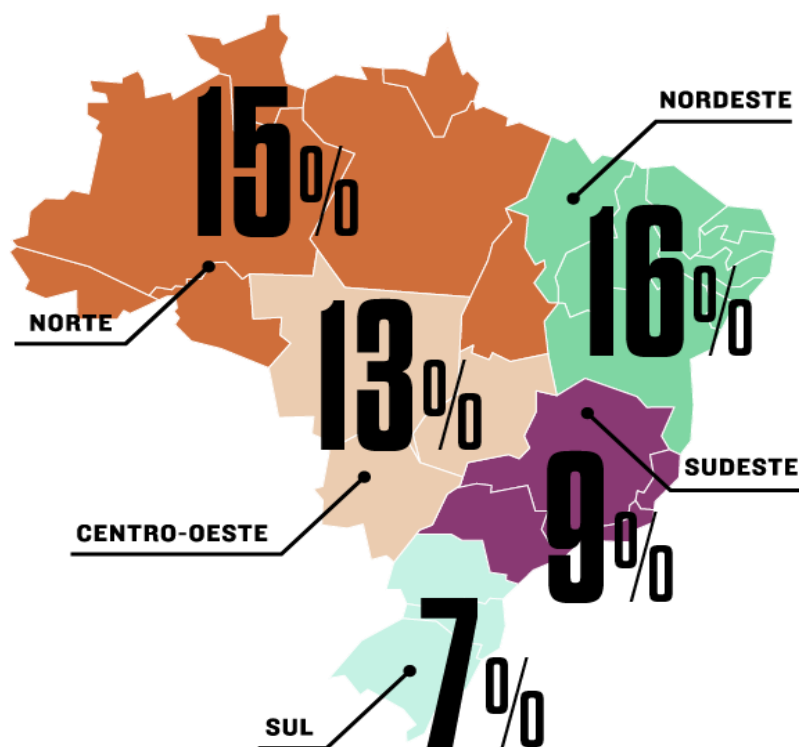
A Mulher no Poder Local

O poder local, quando se trata de representatividade feminina em cargos políticos eletivos, ainda está muito aquém da proporcionalidade. Apesar da regra de cotas, ainda estamos muito longe de alcançar os espaços eletivos de forma proporcional, tanto no executivo, como no legislativo.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Hoje, mesmo sendo maioria da população, as mulheres ainda sofrem com a falta de representatividade em vários espaços e, infelizmente, na política não é diferente. Para refletir sobre a atual conjuntura da participação das mulheres na política brasileira, trouxemos a pesquisa de dados levantados pelo Instituto Alziras, que analisou o "Perfil das Prefeitas no Brasil, no mandato de 2017-2020". A Pesquisa, que ouviu 45% das prefeitas eleitas em 2016, mostra que as mulheres que estão à frente das prefeituras e acumulam experiência na política em sua trajetória têm mais anos de estudo do que os colegas homens e superaram enormes desafios em municípios pequenos e sem recursos. O que nos chama atenção no mapa (que será mostrado após o parágrafo) é que a maioria das mulheres eleita para o executivo na gestão passada está nas regiões centro Oeste, Norte e nordeste. Assim, as mulheres gestoras de cidades são poucas e representam apenas as localidades pequenas e mais pobres, segundo demonstrado pela conclusão da pesquisa.

As mulheres que lideram o poder executivo municipal representam aproximadamente 11,9% enquanto os homens ficam com 88,1% do total. Isso significa que 4.908 homens administram as cidades brasileiras, enquanto apenas 662 mulheres são prefeitas.



Fonte: Instituto Alziras

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Com relação a temas e agendas, ainda há concentração de mulheres nas áreas da saúde, educação e assistência social. Ademais, se compararmos com o restante do mundo, onde apenas 24% dos espaços de tomada de decisão nos parlamentos são ocupados por mulheres, o Brasil está abaixo dessa média, com 15%. Além dos desafios naturais da política e da gestão, cabe-nos um outro desafio, que é fazermos campanhas para mudar o formato histórico de organização, especialmente nos pequenos municípios.

Por outro lado, o poder local, nas relações de trabalho, há muito está mais paritário do que as representações nos cargos eletivos. Os paradigmas do passado, estruturados pela história e pelas concepções antigas, mudaram as ênfases. A participação das mulheres nos espaços de trabalho, decisões técnicas e das políticas públicas já ultrapassa o patamar dos 50%.

Participação das Lideranças Feministas na Democratização do Poder Local

“No universo não existem conquistadores eternos; o sol nos proporciona dias longos e curtos e a lua tem fases crescentes e minguantes” (Sun Tzu - 6.26). Não foi o céu que criou a desigualdade entre homens e mulheres. Essa estrutura se justifica pela forma como se constituiu a sociedade. A história humana foi escrita pelos homens e, por isso, é a história dEles. A ocupação de espaços estratégicos pelos homens fez com que as mulheres tivessem a qualidade de seu espaço diminuída. Historicamente, o conceito de desigualdade de gênero surgiu como resposta à comparação entre homens e mulheres em termos de sua natureza física e biológica. Filósofos como Aristóteles acreditavam na inevitável submissão feminina como consequência das virtudes especiais masculinas, que colocariam a mulher em um lugar de inferioridade, sendo a virtude moral pertencente aos homens, ficariam as mulheres com a virtude do cuidado.

Formas de Articulação entre Sociedade e Estado

Para nós, mulheres de qualquer cor, a democracia nunca foi substantiva. Também não o é para as pessoas negras, para indígenas em geral e para a classe de trabalhadores que vivem do salário-mínimo. Nós, mulheres, vivemos a participação política como uma luta de resistência. Insistimos em ser sujeitos de

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

nossas próprias vidas e não queremos entregar nosso destino na mão de representantes. Por isso nos organizamos em movimentos sociais e lutamos por direitos. Mas vivemos em um Estado e queremos que ele seja um Estado Democrático de Direito. Daí precisamos denunciar as interdições que o sistema patriarcal, capitalista e racista impõe à nossa participação.

As articulações da sociedade são estabelecidas por relações dinâmicas de poder e certo modo de organizá-las. Nessas relações de poder da política ainda existe uma grande lacuna com relação à presença da mulher, que continua bastante desarticulada. Considerando que o espaço de organização política passa pelas instâncias partidárias, podemos afirmar, embora não de forma conclusiva, que já existem partidos mais avançados em relação à estruturação para participação das mulheres. Outros, porém, continuam muito aquém do que necessitamos.

Como processo histórico, a política partidária contém em si uma dinâmica que articula passado, presente e futuro. O passado nunca é completamente superado, porque se infiltra no presente e se projeta no futuro. Isso significa que o movimento político contemporâneo contém muitos elementos do passado que se mantiveram durante anos, ou até séculos, e convivem com novos elementos recentemente aprovados como a prática dos 30%. É normal ouvirmos que a cota dos 30 % existe para as mulheres. Mas o processo é fator mínimo para a representação de homens ou mulheres.

Políticas Públicas para Mulheres

A pauta das políticas públicas para as mulheres não nasceu do acaso, mas foi o resultado do movimento das próprias mulheres que marcham, escrevem, protestam e entram em greve, para denunciar que sofrem violência dentro e fora de casa, defender seus direitos sexuais e reprodutivos e reivindicar que a crise econômica é também assunto delas, já que desemprego e redução salarial se conjugam no feminino. Isso recai especialmente sobre as mulheres negras. É necessário que essas vozes também ecoem nos espaços políticos e nas políticas públicas. Para isso, são necessárias políticas para e pelas mulheres, tendo em vista as experiências do passado recente, os desafios presentes e as propostas para o futuro.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Em relação às políticas para as mulheres, importante conquista foi a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, em resposta à reivindicação dos movimentos feministas de mulheres e aos compromissos assumidos pelo país em tratados e convenções internacionais. Durante esse período, foram ainda instituídas a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e reorganizada a Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Em comum, esses órgãos compartilharam um desafio: criar um novo arranjo de gestão transversal de políticas. Por tratarem de problemas e públicos que pressupõem a articulação estatal como um todo, a estratégia deveria ser inovadora na medida desse desafio. Nesse contexto, esses órgãos foram criados para coordenar e articular políticas, cuja responsabilidade pela implementação seria compartilhada entre um amplo conjunto de órgãos e entes governamentais. Essas políticas tornaram-se um laboratório de inovação em gestão pública. Primeiramente, pela importância conferida às institucionalidades e mecanismos de participação, a exemplo de conselhos e conferências. Enquanto o Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM), criado em 1985, tornou-se o espaço de formulação de diretrizes e acompanhamento da política, as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres configuraram-se como a arena de definição de prioridades e avaliações compartilhadas. Foram, no total, quatro edições de Conferências, mobilizando milhares de participantes, sobretudo mulheres.

Apenas para ilustrar, a 2ª Conferência congregou cerca de 200 mil pessoas em todas as suas etapas. Forjar instrumentos de efetivação da gestão da transversalidade de gênero não foi menos desafiador, sendo duas iniciativas emblemática desse processo. A primeira, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que resultou em três edições desde o surgimento da SPM, e centenas de ações, metas e órgãos envolvidos. A segunda, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que chegou a reunir, a partir de sua terceira edição, 33 órgãos governamentais, além do CNDM. Recentemente, emergiu o tema da criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, no contexto da 4ª CNPM, realizada entre 2015-2016.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Essa combinação de instrumentos de gestão da transversalidade e participação social viabilizou a inserção de novos temas e abordagens na agenda governamental. Um exemplo é a Interseccionalidade, que pressupõe uma abordagem integrada de diversas formas de desigualdade e diversidade pelas políticas públicas. Essa estratégia foi reivindicada pelos movimentos de mulheres negras e lésbicas nas CNPM, discutida e pactuada entre esses movimentos e governo em um grupo de trabalho conhecido como “GT-9” e incorporada aos Planos Nacionais. A trajetória de consolidação dessas políticas foi, contudo, afetada pelas sucessivas mudanças sofridas por essa institucionalidade nos últimos dois anos. Atualmente, no governo federal, há uma Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres subordinada à Secretaria de Governo da Presidência da República e sem status Ministerial, fato que, inclusive, rebaixa o país em rankings internacionais. Olhando para o futuro, é fundamental a priorização de políticas transversais para as mulheres.

Para além de fortalecimento institucional com participação social, também é imprescindível a sistêmica formação de mulheres por meio de programas de formação inicial e continuada em gênero, sexualidades, raça e etnia. Mas isso não é suficiente. As mulheres também precisam protagonizar essas mudanças, ocupando cargos de poder e decisão, garantindo representatividades étnico-raciais e respeito à identidade de gênero autodeclarada.

Poder e Empoderamento

Os problemas ligados a questões de poder têm sido um dos principais impedimentos para a efetivação de projetos de desenvolvimento. Mas ao contrário do que os apressados possam imaginar, estes problemas não se referem exclusivamente à hierarquia funcional ou às esferas de decisão. Eles fazem parte do cotidiano do trabalho nas relações entre os técnicos, entre técnicos e a comunidade, dentro da própria comunidade. Apesar de se manifestarem mais explicitamente na aplicabilidade das ações específicas do enfoque de gênero, eles estão presentes em todos os componentes desses projetos. Entender a questão do poder e em especial do poder nas relações de gênero, bem como sua importância no processo de incorporação das mulheres, é fundamental na prática daqueles que são responsáveis pela execução de projetos de desenvolvimento social.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Quando falamos de poder, devemos considerar que ele é mais amplo, que vai além do poder político, do poder formal presente no Estado, do poder resultante das hierarquias funcionais. Na verdade, o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal. As instituições e estruturas do Estado são elementos dentro de certas esferas de poder, cujas concepções se fundem na complexa rede de relações de força. Nesse sentido, o poder pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais. Pode-se afirmar que o poder está presente do leito conjugal de um casal à sala presidencial do Palácio do Planalto. Estas relações de poder que operam em distintos níveis estão em constante conflito de interesses, são parte do processo que historicamente construiu lógicas que se perpetuam.

O veneno que se espalhou por meio das doutrinas sagradas construiu o absurdo da inferioridade que relegou à mulher a um espaço secundário e de submissão. Do ocidente ao oriente, de norte a sul, temos situações equivalentes no caso das relações de poder e suas histórias de opressão e submissão. É necessário enxergar além das linhas, além do que foi dito, além do que foi interpretado, além do que foi vivenciado. Maria Madalena não aparece no quadro da Ceia, mas ela foi a primeira testemunha da ressurreição, segundo a narrativa bíblica cristã. Apesar do pouco destaque das igrejas a esse fato, ela foi reconhecida por Cristo como a primeira testemunha da ressurreição, ou seja, da vitória da morte sobre a vida. Seria ela a precursora da primeira construção eclesial. Este testemunho pode ser promulgado como excepcional empoderamento da mulher.

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir suas histórias. O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e à violação sem castigo, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

O empoderamento das mulheres libera e empodera também os homens no sentido material e psicológico, já que a mulher logra ter acesso aos recursos materiais em benefício da família e da comunidade, passa a compartilhar responsabilidades e, também, porque se permitem novas experiências emocionais.

Cidadania e Movimentos Sociais

De origem latina, a palavra cidadania deriva de *civitas*, que significa o conjunto de direitos atribuídos ao cidadão, que em Roma indicava a situação política de uma pessoa e os direitos que tinha ou podia exercer. A própria palavra *civitas* origina a palavra latina *civis*, que significa os cidadãos de uma cidade. A palavra “cidade” quer dizer um aglomerado de pessoas, ou seja, é um lugar, município, cidade, povoado ou estado onde vivem pessoas e onde se constituem os limites e contornos de regramentos para suas vivências. A cidadania implica direitos e deveres da coletividade. Estes direitos e deveres são decorrências de direcionamentos ou de conquistas coletivas das pessoas que fazem parte deste espaço.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, formados pela participação ativa de indivíduos pertencentes a diferentes camadas sociais. Esses indivíduos politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. Essas ações desenvolvem um processo social e político-cultural que deflagram uma identidade coletiva de movimento a partir de interesses comuns. Esta identidade pode decorrer da força do princípio da solidariedade ou do jogo de interesses de grupos de coesão e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

4. CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES

Importante considerar que não podemos responsabilizar apenas os homens pela desigualdade nas relações de poder. Apesar da história responsabilizá-los, nós mulheres precisamos admitir que contribuímos para esse processo. Algumas sabem o que querem, mas optam pela zona de conforto. Especialmente no âmbito da política, precisamos ter o espírito guerreiro.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Precisamos sair do conforto e escalar os degraus da mudança. Temos que trocar os sapatinhos de cristal pelas botas de combate e romper com o espaço da passividade. O empoderamento também gera desafios, pois muitas mulheres ainda guardam o sapatinho de cristal. O problema da mulher é com o tipo de escolhas que precisam nos empoderar para a nossa luta. O homem, sem dúvida, contribuiu para sufocar a mulher, mas a principal força que nos mantém em estado de indecisão é a falta de clareza quanto ao que nós queremos e o demasiado respeito que dedicamos às decisões dos homens.

5. SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO

Livros:

Uma Voz Diferente, Gilligan, Carol;

A Arte da Guerra para Mulheres. CHIN-Ning Chu

Filmes:

A Rainha de Katwe;

A Cor Purpura;

Uma Mulher de Talento;

Frida

Casa Comigo?

PENSANDO JUNTAS

Destaques e anotações sobre as aulas da Prof^a Sisi elaborados pelas gestoras da Escola do Legislativo Laura Josani Andrade Correa e Aline Covolo Ravara

Depois de tratarmos das políticas de igualdade de gênero, a professora lança o desafio: olhar em nosso entorno e observar as relações de poder. Professora Sisi vem para o curso com a tarefa de compartilhar sua experiência no executivo como prefeita e secretária de saúde. Para isso ela evidencia os atravessamentos de sua vida do ambiente doméstico até chegar ao espaço público. Ela pontua as dificuldades de uma mulher na carreira política ressaltando uma pluralidade de experiências pessoais e daquelas que foi conhecendo ao longo da caminhada na política.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Sisi agrega a força da representatividade de uma mulher do campo, que construiu sua trajetória na religiosidade até chegar à política, com coragem e empoderamento, apesar da força da estrutura patriarcal e da violência de gênero presente em nossa sociedade. Ela traz marcada em seus caminhos o conceito: o pessoal é político, o político é pessoal. A palestrante abre alguns questionamentos para pensarmos como as estruturas sociais impedem que as mulheres acessem o poder. Convivemos com frases feitas e ditados populares que querem diminuir nossa capacidade de acreditarmos em nós mesmas. Somos muito fortes, trabalhamos dobrado, por que sempre nos descrevem como o sexo frágil?

As mulheres limpam, cuidam, arrumam e cozinham. Cada um desses são trabalhos não remunerados, muitas vezes desvalorizados. Em alguns casos as crianças são ensinadas assim: meu pai trabalha na empresa, minha mãe não faz nada, fica em casa. Quem cuida da alimentação, da limpeza e da organização da família não faz nada? Precisamos repensar a educação das crianças, jovens e adultos sobre o compartilhamento das atividades domésticas. Se a mulher não fizer, haverá outra mulher fazendo o trabalho doméstico que deixará de cuidar de sua própria família para que a família dos patrões receba esse serviço.

Ainda sobre as atividades da casa, a crise no casamento é culpa da mulher que se ausenta do lar (os outros só enxergam que a mulher não cumpriu suas tarefas domésticas) não interessa se você é profissional de sucesso e se ganha mais que seus companheiros. Esqueçam as mentiras que nos contaram: que vocês não podem e não devem ousar entrar na política. Vamos tomar o poder nas Prefeituras e Governos, nas Câmaras, Assembleias e Senado. Vamos ouvir esse chamado para participar ativamente das decisões no nosso país.

Temos que estar prontas para os desafios: vão nos chamar de encenqueiras e loucas. Sempre tentando desqualificar nossas atitudes. Não podemos recuar por nos dizerem que não podemos que não pertencemos a esses espaços, que não é nosso lugar, que vamos tumultuar as ações. Assim como lembrou a professora Renata também a professora Sisi também aponta que as mulheres lutam sem empunhar armas. A força está na união feminina. De acordo com a ex-prefeita Sisi as decisões eram restritas aos homens.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Para pensar sobre esse ponto ela ressaltou a diferença das roupas dos homens e das mulheres em determinadas religiões: os homens de terno e gravata e as mulheres de vestido escuro. Vamos adiante nesse raciocínio: para os homens as vestimentas que se destacam como símbolo do poder, para as mulheres os trajes discretos que não devem chamar atenção. A impressão que fica é que esses homens sentem algo assim: se essas roupas as tornassem invisíveis? Acho que eles estariam ainda mais confortáveis e poderosos em seus ternos enquanto as mulheres sequer são notadas em seus vestidos escuros. Depois da reflexão sobre as roupas a professora ainda pontuou uma série de exemplos sobre a relação de poder tendo em vista o aspecto do gênero. Ela encerrou sua participação trazendo a necessidade do registro da história das mulheres pelas mulheres. Como é que podemos permitir que os homens contem nossa história? Assim a história que é nossa será contada sob a ótica masculina. As mulheres precisam escrever suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Ana Alice. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba e Assembleia Legislativa da Bahia. 1998 (Coleção Bahianas, vol.2)

KABEER, Naila. Empoderamiento desde abajo: Qué podemos aprender de las organizaciones de Base? In. Leon, Magdalena (org) Poder y empoderamiento de las mujeres. Bogotá: MT Editores, 1997

MARCONDES, Mariana Mazzini Políticas públicas para e pelas mulheres, in:<http://revistaconstrucao.org/politica-de-genero/politicas-publicas-para-e-pela-mulheres/>

MORI, Natalia e Silva, Carmen. Mulheres na política: uma luta insistente e permanente, 7 Agosto 2018<https://br.boell.org/pt-br/2018/08/27/mulheres-na-politica-uma-luta-insistente-e-permanente>

PEREIRA, Potyara A. P. Estado, sociedade e esfera pública. Professora da Universidade de Brasília - UnB.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

SOBRE A AUTORA

Sou Sisi Blind, filha de Christiano João Blind (*in memoriam*) e Silda Dorn Blind, nasci no 13 dia de setembro de 1964 em Rio das Antas – SC. Sou mãe de Christiano Armindo Blind Leobet. Falar de mim significa olhar para o caminho por mim trilhado. Estou com 56 anos, muitas experiências, desafios, dores, alegrias e conquistas. Mas ainda que eu tenha realizado uma grande jornada, nada seria sem a certeza de que Deus me carrega em sua graça. Assim, ao fazer essa avaliação, celebro primeiramente a minha gratidão a Deus, à minha família, amigos e minha comunidade cristã. Sou grata à minha igreja (IECLB), pois foi através das oportunidades que tive na formação e na atividade profissional que me constituí como pessoa e liderança.

Estou há mais de 12 anos de atividade profissional no âmbito da gestão pública, em cargo político. Toda essa caminhada foi possível pelo reconhecimento que obtive pelos meus 17 anos de ministério pastoral, na pequena Paróquia do Planalto Central Catarinense, em Curitiba. Foi um período muito intenso de experiências e vivências. Minhas atividades pastorais sempre acabaram além das fronteiras da paróquia e do âmbito confessional, pois participava de atividades ecumênicas, sociais e com grupos organizados da IECLB, além de outros espaços.

No ano de 2007/2009 solicitei o primeiro pedido de afastamento das atividades do ministério pastoral para estudar. Neste período, concluí o Mestrado, que teve como objetivo estudar mais de perto o trabalho das mulheres nos grupos da Igreja. Ainda neste período tive a oportunidade de me candidatar à disputa na majoritária para vice-prefeita em Curitiba. Não alcançamos o objetivo, mas aprendi muito com a experiência. Após o pleito, vieram os primeiros convites para atividades de assessoria na gestão pública.

Assim, em novembro de 2008 assumi a função de secretária do gabinete do deputado Jailson Lima, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Permaneci nesta assessoria até maio de 2009, quando assumi o cargo de Secretária de Saúde no município de São Cristóvão do Sul. Estive à frente deste cargo até maio de 2012. Não tenho dúvidas de que fui muito mais pastoral do que técnica nesta função. As pessoas doentes precisam de atenção, cuidado e de resolutividade. Pude desempenhar minha atividade, trazendo na bagagem a experiência pastoral.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Contudo, precisei me aprimorar no conhecimento da gestão pública em saúde e aprendi muito, pois tive que estudar bastante para entender as burocracias de gestão. Foi uma experiência muito positiva. Deixei o cargo para participar da campanha eleitoral como candidata à prefeita, que assumi no período de 2013-2016. Um novo desafio se constituiu. Tive que aprender a ser gestora do município e a lidar com as adversidades que o universo político vive. Universo constituído de pessoas de todas as raças, classes e diversidades de gênero.

Gestão pública se faz para todos, inclusive enfrentando a diversidade de posições e pensamentos de adversários políticos. Para dificultar a minha situação, fui a primeira mulher a assumir o cargo de prefeita em São Cristóvão do Sul. Só este fato já foi gerador de alguns desafios. No entanto, o maior desafio foi estabelecer pontes para realizar as atividades no município, que possui um complexo penitenciário estadual em seu território. O maior desafio foi a gestão integrada, para que o presídio fizesse parte da preocupação da gestão municipal. Em nossa sociedade, temos o preconceito de que os infratores devem ser encarcerados e a sociedade não quer refletir sobre esses valores e nem destinar um espaço para a detenção. Como teóloga e pastora, sempre ouvi o desafio do evangelho que nos exorta ao exercício do acolhimento do preso (Mt25.36). Incluir a preocupação com as questões do presídio na gestão municipal não é e nem foi tranquilo, mas as enfrentamos e hoje somos referência nacional por esta atitude. Fui reeleita para o período de 2017-2020 e como mulher, sei que também contribuí muito para abrir fronteiras para a expansão da presença e atuação do nosso gênero nos poderes. Aprendo continuamente e sigo na certeza de que a presença da mulher na política do executivo e do legislativo é de fundamental importância para cumprirmos a democracia da representatividade. Muitas mulheres já se embrenharam na vida pública no exercício de mandatos conquistados por votos e cada uma nos deixou um legado para inspiração.

Considero que a participação feminina tem um aspecto inspiracional e experiência me mostra que quando uma prefeita é eleita em uma cidade, aumenta o número de candidatas eleitas no ano seguinte. No aspecto inspiracional, me sinto feliz e totalmente realizada, pois em São Cristóvão do Sul, passados oito anos de meu mandato, temos novamente uma mulher prefeita. Portanto, cumpri a missão. Deixo como legado na história da política a presença da mulher como chefe do executivo por mais um mandato.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Nos diferentes espaços onde tive oportunidade de participar, sempre busquei defender a proporcionalidade de participação. Fui eleita a primeira mulher presidente da Federação Catarinense de Município, marco importante na história dos 40 anos desta instituição. Após o meu mandato, outras duas prefeitas assumiram a função. Atualmente estou na função de diretora executiva da Federação Catarinense dos municípios, sendo também a primeira mulher a ocupar esta função. Tem sido um desafio muito grande e diferenciado, mas tenho certeza de que estou construindo um legado.

Mestre em Teologia Prática, Bacharel em Teologia, cursando Tecnólogo em Comunicação Institucional pela UNIALSEVI; cursando Especialização em Administração Estratégica pela UNIALSEVI. Diretora Executiva da Federação Catarinense de Municípios, 2021; Prefeita Municipal São Cristóvão do Sul/SC, 2017/20; Presidente da FECAM (Federação Catarinense dos Municípios), 2018; Prefeita Municipal São Cristóvão do Sul/SC, 2013/16; Presidente FECAM (Federação Catarinense dos Municípios), 2016; Presidente AMURC (Associação dos Municípios da Região do Contestado), 2013/14; Presidente Comitê de Bacias Hidrográficas do Canoas em Lages, 2013/14; Secretária Municipal de Saúde, São Cristóvão do Sul, 2009/2012; Professora do Curso de Ciências da Religião, PARFOR/UNC, Campus Curitiba, 2008/12.